

União quer assumir todo 1º grau



Dida Sampaio

O Governo Federal pretende, através do Ministério da Educação, assumir todos os gastos materiais dos Estados e municípios com as escolas de ensino fundamental, operação que deverá envolver a soma total de US\$ 1 bilhão por ano. Os convênios, que deverão cobrir todo o País, imporão como contrapartida aos estados e municípios que apliquem esses recursos salariais, implantação de regime de dedicação exclusiva e criação de planos de carreira.

Embora o ensino fundamental seja atribuição das unidades da Federação, de acordo com a Constituição, o ministro da Educação, José Goldemberg, está convencido de que esta é a única saída para enfrentar uma das mais graves crises com que se defronta o País — a péssima qualidade do ensino na escola pública brasileira. “Trata-se de uma mudança revolucionária na forma de encarar a educação no Brasil”, diz ele ao anunciar o plano em entrevista exclusiva ao **Jornal de Brasília**. “Com ela, o Governo Federal quebra uma tradição que vem desde 1834, segundo a qual competia aos municípios e às províncias educar as crianças — o que refletia o desinteresse da aristocracia de então de se ocupar com a educação do povo, concentrando todos os esforços na educação dos profissionais dos quais ela tinha necessidade”.

Para financiar esse ambicioso programa, Goldemberg vem mantendo contatos com o Banco Mundial e espera que os entendimentos permitam dar início ao programa dentro de um ano ou dois.

A proposta de Goldemberg faz parte da estratégia do Governo Federal de elevar a qualidade da educação no País por meio de uma atuação mais direta sobre o ensino básico que, segundo a Constituição, é de responsabilidade estadual e municipal. A meta central do Governo Collor de modernização, com uma indústria nacional mais competitiva, não será atingida se não se melhorar o nível da educação, observou o ministro.

Evasão escolar

Para Goldemberg, o grande problema brasileiro não é o analfabetismo, mas a evasão escolar. A

rede física é razoavelmente boa e existem 1,2 milhão de professores de 1º e 2º graus, disse o ministro. Ele ressaltou, ainda, que 95% das crianças na faixa de sete anos ingressam na escola. Entretanto, esse percentual cai pela metade a partir da faixa dos 11 anos, quando os alunos concluem a 4ª série do primeiro grau, antigo curso primário.

Manter as crianças estudando e fornecer a elas ensino público de boa qualidade, observa Goldemberg, contribuirá para reduzir a perversão que leva às universidades públicas um maior número de pessoas que podem pagar, pois cursaram escolas particulares. Segundo ele, a perversão não está na universidade pública, mas na falta de qualidade da educação fundamental.

Os planos do ministério enfatizam, também, a teleeducação, com reformulação da rede de emissoras educativas do Governo. Um passo decisivo nesse sentido, ressaltou Goldemberg, foi a nomeação de Walter Clark para a presidência da Fundação Roquete Pinto, entidade que controla o sistema de TVs oficiais. Ninguém pode dizer que não sou criativo, pois convenci o responsável pela implantação da maior rede de televisão comercial do País a aceitar esse desafio, comentou o ministro. Para ele, o ex-superintendente da Rede Globo contribuirá para que os programas educativos se tornem atraentes.

Outros instrumentos importantes para o projeto de Goldemberg são os Centros Integrados de Assistência à Criança (Ciacs), um dos programas mais polêmicos do atual Governo. Até o final deste mês, revelou o ministro, um grupo de professores das melhores faculdades de educação brasileira participará de um simpósio para discutir o projeto pedagógico dos Ciacs.

Irregularidades na FAE

Goldemberg também disse que dentro de 30 dias será concluída a comissão do inquérito administrativo instalado na última quarta-feira para apurar irregularidades na Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).

Um relatório preparado pela secretaria de Controle e Interno (Ciset) do Ministério considerou que o ex-presidente da Fundação, Adolpho Schuler Neto, e o ex-diretor de Apoio Alimentar, Eurico Xavier de Castro, terão de devolver à União mais de Cr\$ 745 bilhões, acrescidos de juros e correção monetária. Segundo o ministro, finalizado o trabalho da comissão de inquérito, serão aplicadas as leis vigentes no País aos envolvidos nos atos irregulares.

Todas as operações do ministério serão transparentes, enquanto eu estiver no cargo, disse Goldemberg. O ex-presidente e ex-diretor da FAE são acusados de favorecer fornecedores e comprarem produtos superfaturados pela instituição.

LDB

Goldemberg também criticou o projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em tramitação no Congresso. O ministro comentou que a proposta de lei é curiosa, pois, feita no estilo da atual Constituição, estabelece uma carga elevada de direitos e uma carga pequena de responsabilidades.

Para ele, o projeto também está repleto de contradições. O texto repete o artigo da Constituição que estabelece a autonomia da universidade, observou o ministro. Mais à frente, no entanto, a lei define o que considera autonomia, destacou Goldemberg. Segundo o ministro, a LDB, na sua versão original, dá com uma mão e tira com a outra.

O projeto recebeu 1.200 emendas, quando passou pelas comissões de Finanças, Constituição e Educação. Com o objetivo de conciliar as sugestões de alteração, explica Goldemberg, foi organizado um grupo informal de representantes de todos os partidos. Ele admitiu ser favorável a um dos pontos mais polêmicos da proposta da LDB: o que estabelece o serviço civil obrigatório para os alunos das universidades públicas. Considero boa essa idéia e já até pensei na possibilidade de aproveitamento semelhante para os universitários que não prestarem serviço militar, revelou o ministro.

Salário ficará a cargo dos estados e municípios, diz Goldemberg